

Nota Pública

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e a Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), entidades que atuam pelo fortalecimento do Sistema de Controle Externo e pela boa, correta e eficiente gestão governamental, em benefício da sociedade, manifestam-se na defesa do regime democrático e das instituições, em especial a Justiça Eleitoral, e de seus instrumentos concretizadores, entre eles o sistema eletrônico de votação.

O Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito das suas competências, acompanha e fiscaliza o processo. Para o escrutínio de 2022, está em andamento uma auditoria, realizada por Auditores especializados em tecnologia da informação, com o objetivo de avaliar a segurança, a confiabilidade, a transparência e a auditabilidade do sistema brasileiro de votação eletrônica. As primeiras etapas da fiscalização já demonstram que os mecanismos de segurança avaliados estão devidamente previstos na legislação vigente e têm se mostrado aderentes aos níveis de confiabilidade exigidos. O TCU acompanhará o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até a divulgação do resultado das eleições deste ano.

No Estado Democrático de Direito, é legítimo o governo escolhido pelo povo e voltado à concretização do interesse geral. Para tanto, é necessário que condições sejam implementadas: garantia de informação isenta e acessível, amplas liberdades públicas (como o direito de manifestação, inclusive aquele exercido pela imprensa livre) e a existência de mecanismos aptos a receber e transmitir a vontade popular, ou seja, um sistema eleitoral impermeável à fraude e à corrupção.

O controle, os questionamentos e a discussão a respeito do modelo adotado pelo País são legítimos. No entanto, é imperioso que tal debate ocorra à luz do princípio republicano e da verdade material, sem espaços para a veiculação de informações inverídicas, utilização de alegações sem suporte probatório ou em afronta à Constituição Brasileira.

Assim, a Atricon e a Abracom reafirmam seus compromissos com o regime democrático, manifestando sua confiança e apoio às instituições que lhe dão sustentáculo.

Brasília, 20 de julho de 2022.